



<https://doi.org/10.59776/2357-8203.2026.7776>

EPISTEMOLOGIAS INSURGENTES: DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE EM MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO

INSURGENT EPISTEMOLOGIES: DECOLONIALITY AND INTERSECTIONALITY IN MEMORIES OF THE PLANTATION

Juan Carlos Vasconcelos Almeida¹

Pâmella Rochelle Rochanne Dias de Oliveira²

<https://orcid.org/0000-0003-3315-659X>

RESUMO: Este trabalho propõe uma investigação sobre a epistemologia decolonial a partir de uma análise da obra *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba. A pesquisa parte do seguinte problema: como a colonialidade do saber estrutura os critérios de legitimidade no campo epistemológico? Objetiva-se investigar sobre como os marcadores sociais de raça, gênero e classe influenciam a produção e a validação do conhecimento científico. A relevância da pesquisa tem sua materialidade solidificada na necessidade de valorizar epistemologias subalternizadas, promulgando, assim, a desconstrução dos paradigmas afeitos ao colonialismo epistêmico que hegemonizam a ciência. O referencial teórico foi baseado em obras que trazem consigo recortes decoloniais e interseccionais. A metodologia consistiu em uma análise comparativa de caráter qualitativo, com enfoque na perquirição da obra do livro *Memórias da Plantação*, que articula literatura, autobiografia e crítica social como formas de produção de conhecimento. Pretendeu-se evidenciar o potencial epistemológico de *Memórias da Plantação* para questionar a normatividade científica e reivindicar outras formas de narrar, pensar e validar experiências como próprias ao espaço científico.

Palavras-chave: epistemologia; decolonial; interseccionalidade; feminismo.

¹ Graduado em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9408188506818273>. E-mail: juanlpvalmeida@gmail.com

² Docente e Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UERN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1192071667557654>. E-mail: pamella_rochelle@hotmail.com

ABSTRACT: This paper proposes an investigation into decolonial epistemology based on an analysis of Grada Kilomba's work "Plantation Memories." The research begins with the following question: how does the colonality of knowledge structure the criteria of legitimacy in the epistemological field? The aim is to investigate how social markers of race, gender, and class influence the production and validation of scientific knowledge. The relevance of this research is solidified in the need to value subalternized epistemologies, thus promulgating the deconstruction of paradigms affected by epistemic colonialism that hegemonize science. The theoretical framework was based on works that bring with them decolonial and intersectional perspectives. The methodology consisted of a qualitative comparative analysis, focusing on the exploration of the work of "Plantation Memories," which articulates literature, autobiography, and social critique as forms of knowledge production. The aim was to highlight the epistemological potential of *Memórias da Plantação* to question scientific normativity and claim other ways of narrating, thinking and validating experiences as belonging to the scientific space.

Keywords: epistemology; decolonial; intersectionality; feminism.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário no qual a colonialidade do saber persiste em estruturar os critérios de legitimidade no campo científico e acadêmico, promovendo a exclusão de vozes dissidentes, especialmente de mulheres negras, o presente artigo propõe uma investigação sobre a decolonialidade e a interseccionalidade, aplicadas ao âmbito acadêmico-científico de produção de saberes, tomando como ponto de partida a obra *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba (2019).

Este trabalho busca discutir os mecanismos pelos quais essa exclusão se perpetua. A pesquisa parte do problema central: como a colonialidade do saber estrutura os critérios de legitimidade no campo epistemológico? Diante disso, objetiva-se investigar a influência dos marcadores sociais de raça, gênero e classe na produção e validação do conhecimento científico. Bem como analisar a contribuição que *Memórias da Plantação* pode oferecer ao ambiente acadêmico, como um exemplo de experiência subalternizada transformada, mediante muita luta, em conhecimento científico.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de valorizar epistemologias subalternizadas, visando desconstruir os paradigmas eurocêtricos que hegemonizam a ciência. Para tanto, o referencial teórico será fundamentado em obras que abordam recortes decoloniais e interseccionais, com ênfase nas contribuições de autoras negras feministas que exploram os conceitos de gênero, raça e classe, tais como Bell hooks (2019), Cida Bento (2022), Sueli Carneiro (2023), Chimamanda Adichie (2019), Kimberlé Crenshaw (1991) e Frantz Fanon (2008).

A metodologia adotada consiste em uma análise comparativa de caráter qualitativo, com foco na perquirição dialógica das obras selecionadas, identificando pontos convergentes para a análise dos processos de produção de conhecimento, bem como seus pontos de inflexão e mecanismos intrínsecos de influência

(Schneider; Schimitt, 1998). Será observado como as autoras denunciam a colonialidade do saber, conhecendo, assim, como tal estrutura, aliada a marcadores sociais, instituem uma sistemática excludente de negação à produção de saberes subalternizados.

Ademais, o artigo se encaminha com a discussão do arcabouço teórico trabalhado, advogando pela necessidade urgente de que o ambiente acadêmico seja capaz não só de proporcionar espaços para vozes e vivências silenciadas, como também reconhecer a profundidade científica que tais corpos e existências oferecem para o âmbito epistemológico.

Por fim, contribuindo para ampliar a visibilidade que deve ser conferida a epistemologias insurgentes. Apresentando-as como centrais para a construção de um novo paradigma científico, afirmando a legitimidade de outras formas científicas de produção de conhecimento, que nascem na experiência, do corpo, da oralidade e da memória, pensando a partir de uma ótica que utiliza as lentes da interseccionalidade como instrumento de percepção e análise dessas fontes.

2 DESENVOLVIMENTO

Grada Kilomba (2019), em sua obra *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, subverte as convenções acadêmicas ao integrar a experiência pessoal e o testemunho como elementos centrais de sua análise. Sua abordagem não é meramente estilística, mas uma estratégia epistemológica e política para descolonizar o conhecimento e reivindicar a validação de saberes historicamente marginalizados. Ela demonstra que a subjetividade, frequentemente desqualificada no campo científico eurocêntrico, é uma fonte legítima e potente de conhecimento, afirmando que o pessoal é intrinsecamente político, e o subjetivo, científico.

A utilização do testemunho pessoal, como recurso autobiográfico em formato narrativo, é o pilar central da sua escrita. Ela eleva as experiências de racismo cotidiano, muitas vezes invisibilizadas, a dados empíricos cruciais para a compreensão das estruturas de poder. Ao narrar episódios de sua própria vida, como ser confundida com a senhora da limpeza em Lisboa ou a recusa de pacientes em serem atendidos por ela devido à sua raça (Kilomba, 2019, p. 8), Kilomba transforma vivências individuais em evidências do racismo estrutural (Kilomba, 2019).

Essa abordagem desafia a academia que rotula seu trabalho como "não científico" ou "emocional", reforçando a ideia de que "Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico" (Kilomba, 2019, p. 35). Ao insistir na validade de suas experiências, Kilomba reivindica o testemunho como uma metodologia legítima para a análise social e a produção de teoria, desvelando as dinâmicas de poder e as violências epistêmicas a partir de relatos do seu cotidiano. Estes, por sua vez, são narrados e pensados de forma crítica, tornando-se uma representação, dentro do espaço científico hegemônico, de uma realidade discriminatória comum a muitas pesquisadoras(es) (Kilomba, 2019).

Especificamente com relação ao método de escrita, o livro é redigido de maneira marcadamente performática, transpondo os limites da linguagem acadêmica clássica. Sua prosa é simultaneamente política, pessoal e poética, uma escolha deliberada para criar uma gramática científica capaz de expressar realidades que não encontram eco nas estruturas conceituais dominantes.

Meus escritos podem ser incorporados de emoção e de subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, as/os intelectuais *negras/os* se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um discurso com uma nova linguagem. Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro (Kilomba, 2019, p. 40).

Essa performatividade permite abordar temas complexos, como o trauma do racismo, de forma visceral. Ao discutir a "palavra N.", por exemplo, ela evoca a dor e o sofrimento associados, indo além da análise teórica fria (Kilomba, Livro, p. 96). Essa transgressão estilística é um ato de resistência que rompe com a suposta objetividade neutra, denunciando a dimensão subjetiva e encarnada do conhecimento.

2.1 Colonialidade, hegemonia e subversão

A colonialidade do saber, conforme delineado no problema de pesquisa, manifesta-se como um sistema complexo que perpetua a exclusão de vozes dissidentes, particularmente as de mulheres negras, no campo científico e acadêmico (Kilomba, 2019). Mas antes disso, é preciso compreender que nesta produção, tratamos da narrativa que percorre a visão dos "derrotados", daqueles que não possuem protagonismo ou sequer espaço nos campos hegemônicos.

O uso do termo "narrativa", acima, embora a partir de um olhar crítico deste pesquisador muito se aproxime da realidade, parte da perspectiva de que há múltiplas formas de contar algo, todas elas a partir de um ponto de vista próprio, que pode ser mais ou menos popular, na medida em que possuir meios para se impor como verdade. Oferecendo riscos, inclusive, aqueles que não usufruem da mesma capacidade. Então, primeiro, vamos discutir sobre histórias.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer "ser maior do que outro". Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. [...] O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p.12).

A autora elucida que o poder detém a capacidade de não apenas narrar a história de outrem, mas de transformá-la na narrativa definitiva. Essa imposição de uma única perspectiva, frequentemente eurocêntrica e masculina, resulta na criação de estereótipos que, embora não sejam intrinsecamente falsos, são incompletos e, por sua incompletude, sequestram a dignidade das pessoas e obscurecem a humanidade compartilhada (Adichie, 2019).

No contexto acadêmico, essa "história única" se manifesta na forma como o conhecimento é validado e quem é reconhecido como produtor legítimo de saber. Associando, dessa forma, essa validade à própria noção de existência, uma vez que a história válida será a narrativa "real", enquanto ao conhecimento invalidado e às

histórias subalternas não contadas é delegado o espaço do obscurantismo, do esquecimento e da inexistência (Adichie, 2019). Como se verá adiante, esse *modus operandi* precisa ser questionado e desconstruído.

Esse exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (Kilomba, 2019, p.35).

Grada Kilomba (2019) aprofunda a discussão ao questionar quem pode falar e quais conhecimentos estão sendo reconhecidos. Ela demonstra que o espaço acadêmico, sendo um "espaço branco", sistematicamente desqualifica as vozes negras, rotulando seus discursos como "não científicos", "subjetivos" ou "emocionais". Em contraste, os discursos produzidos por acadêmicos que seguem o perfil hegemônico, destaque-se, branco, rico, masculino e central, são automaticamente considerados objetivos e universais, perpetuando uma hierarquia epistêmica, que é discursiva, mas também racial e afeita ao patriarcado (Kilomba, 2019).

Essa dinâmica não é meramente semântica, mas possui uma dimensão de poder que visa manter a supremacia branca. A urgência de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento é, portanto, imperativa, pois as estruturas de validação do saber são controladas por aqueles que declaram suas perspectivas como universais, negando posições de autoridade a todas aquelas que divergem do perfil supramencionado (Kilomba, 2019).

Sueli Carneiro (2023) traz uma significativa contribuição para este debate ao resgatar o conceito de epistemicídio para descrever essa anulação sistemática do conhecimento de grupos dominados. Entendendo o epistemicídio como um instrumento eficaz da dominação étnica e racial, que se manifesta na negação da legitimidade do saber produzido por esses grupos e, conseqüentemente, na desqualificação de seus membros como sujeitos de conhecimento. Essa violência epistêmica se traduz em um processo persistente de produção de indigência cultural, negando acesso à educação de qualidade e inferiorizando intelectualmente pessoas negras como produtoras de conhecimento (Carneiro, 2023).

A autora discute ainda sobre como a sociedade racialmente organizada exige que seus signatários "aprendam a ver coisas de maneira errada" para manter a ilusão de uma realidade que justifica a dominação. Essa cegueira estruturada, que sanciona mitos e representações falsas sobre os não brancos, trata-se de uma ordem cognitiva e moral psiquicamente indispensável para a manutenção da sociedade branca organizada (Carneiro, 2023).

Ademais, ao detalhar o epistemicídio, demonstra como a desqualificação do conhecimento dos povos dominados é um processo persistente que visa o controle de mentes e corações. Formando uma espécie de "epistemologia invertida", como um mecanismo que força a interpretação errônea do mundo para manter a sociedade branca organizada (Carneiro, 2023).

Contra essa violência epistêmica, a reivindicação de Kilomba (2019) por outras formas de narrar e validar experiências se torna um ato de resistência e de reconfiguração do conhecimento. A valorização do conhecimento do Sul, em oposição ao eurocentrismo que distribui a "aparência" aos conhecimentos do Sul e a "realidade" ao conhecimento do Norte, é um passo crucial para a emancipação do saber (Carneiro, 2023).

Frantz Fanon (2008) corrobora essa perspectiva ao afirmar que o racista é quem cria o inferiorizado, refutando a ideia de uma inferioridade pré-existente à colonização. A patologização do colonizado, criticada pelo autor, é uma forma de violência epistêmica que busca justificar a dominação. Ele argumenta que todas as formas de exploração são idênticas em seu objeto – o homem – e que a tentativa de abstrair a estrutura da exploração mascara o problema fundamental de restituir o homem ao seu devido lugar.

A civilização europeia, segundo Fanon (2008), é responsável pelo racismo colonial, e a Europa possui uma estrutura racista onde o mito do "negro mau" faz parte do inconsciente coletivo. Essa construção do outro como não-ser, como um ser incompleto ou não-humano, é um pilar da colonialidade do saber.

Tal posição de objetificação que comumente ocupamos esse lugar da "Outridade" não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade *negra*. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se "especialistas" em nossa cultura, e mesmo em nós (Kilomba, 2019, p. 35).

Kilomba (2019) amplia a caracterização sobre "outridade" destacando que a construção do outro não se direciona somente à inexistência, ou a um não-ser. Mas sim, uma determinação clara e detalhada de tudo aquilo que é tido como oposto ao hegemônico. A oposição é automaticamente delegada ao espaço ruim, ao feio, ao medo, ao monstro, ao corpo não aceito, à voz não ouvida e ao conhecimento inválido, subjetivo demais, interpretativo demais. Digo, real demais.

Apesar de não tratar especificamente do termo interseccionalidade, Kilomba introduz o conceito de "racismo genderizado", enfatizando que "raça" e gênero são inseparáveis e que as experiências de racismo sofridas por mulheres negras são estruturadas por percepções racistas de papéis de gênero (Kilomba, 2019, p.63).

Ela critica veementemente o feminismo branco por sua falsa universalidade e neutralidade axiológica, que negligencia as estruturas raciais de poder e as especificidades das mulheres negras, tornando-as invisíveis. Sua crítica é fundamental para compreender como a colonialidade do saber opera, pois ao colocar a experiência da mulher branca no centro, universalizada, o conhecimento produzido por e sobre mulheres negras é marginalizado e deslegitimado (Kilomba, 2019).

Essa centralidade da branquitude não ocorre por desatenção. Pelo contrário, é um engendramento sutilmente poderoso que assegura e perpetua o protagonismo branco, bem como facilita o acesso que tais corpos e vivências manifestam. Nesse sentido, Cida Bento (2022) reverbera uma perspectiva interseccional ao demonstrar como as relações de raça e gênero se entrelaçam nas instituições, resultando na invisibilização e exclusão de pessoas negras.

A autora conceitua o “pacto da branquitude” como um acordo tácito entre pessoas brancas para manter privilégios, manifestado no racismo institucional, que, independentemente da intenção, gera exclusão e sub-representação de pessoas negras, especialmente mulheres negras, que frequentemente ocupam a base da pirâmide salarial. A meritocracia, nesse contexto, é uma falácia que desconsidera as heranças históricas de discriminação que afetam desproporcionalmente grupos racializados e generificados, perpetuando a desigualdade sob o véu de uma suposta neutralidade e objetividade (Bento, 2022).

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p.15).

A autora discute como a estrutura social e as instituições operam para manter a supremacia branca. A negação da diversidade e a preferência por um perfil homogêneo de liderança, majoritariamente masculino e branco, são manifestações da colonialidade que impedem o reconhecimento de outras formas de conhecimento e de liderança. A luta contra essa estrutura exige a explicitação e transformação de alianças e acordos não verbalizados que atendem a interesses grupais (Bento, 2022).

Bell hooks (2020), embora não utilize o termo “interseccionalidade” diretamente nos trechos fornecidos, em sua obra *Teoria feminista: da margem ao centro*, sublinha a importância de uma pedagogia feminista que seja inclusiva e que reconheça as diferentes formas de produção e acesso ao conhecimento.

Sua crítica ao viés de classe no movimento feminista e a defesa da alfabetização como ferramenta de empoderamento para mulheres, especialmente aquelas sem acesso à educação formal, ressoam com a necessidade de abordar as opressões de forma interconectada, contribuindo para a produção de um conhecimento prático, eficaz e ligado diretamente com a realidade que se propõe a abordar (Crenshaw, 1991).

Quando hooks (2020) defende a importância da alfabetização e da acessibilidade da teoria feminista, torna-se evidente a necessidade de capacitar as mulheres para que se tornem sujeitos críticos e analíticos. A capacidade de “traduzir” ideias para um público diverso, por exemplo, sem subestimar sua inteligência, é uma prática que rompe com o jargão acadêmico elitista e torna o conhecimento uma ferramenta de transformação social. Tal prática não somente potencializa o compartilhamento de saberes como também inclui diferentes realidades dentro do espaço de acesso à informação, fomentando, conseqüentemente, a produção novos saberes a partir dessa democratização.

Quando Kilomba (2019) escreve sobre suas vivências, além de outras mulheres, enquanto pesquisadoras, é possível entender que a própria existência de um corpo, de uma voz e de conhecimentos não hegemônicos é algo político. São fenômenos recortados por inúmeras nuances, tais como relações de poder, questões raciais, problemáticas de gênero e classe, além de tantas outras manifestações em ordem psicológica, social, cultural e política. Como isso não pode ser entendido como ciência?

Há resistência em ser considerada, quando o ambiente não só reverbera, como também foi originalmente construído com o intento de ser um espaço de conhecimento do centro, do homem, da branquitude, do Norte. Assim, compreendendo os conceitos elencados, a colonialidade, ou melhor, o colonialismo do saber, alimentado pelo pacto da branquitude, impondo-se como histórica única, ao passo que delega o contra-hegemônico ao espaço da *outridade*, precisa ser combatido.

Inspirada nas discussões de bell hooks (2020) sobre margem e centro, Kilomba (2019) propõe uma fuga ao pensamento direcionado ao movimento já conhecido por aqueles que habitam a periferia: ir e vir do centro. Sendo este centro não somente geográfico, mas também intelectual, racial, de classe e gênero.

Essa fuga, propõe a autora, é no sentido de ressignificar a margem não como um local de privação, mas como um "espaço de abertura radical" e criatividade (Kilomba, 2019, p. 46). É nesse espaço, fora do centro hegemônico, que novos discursos críticos podem emergir e desafiar a autoridade colonial. A experiência pessoal, vivida na margem, torna-se o ponto de partida para a teorização e para a construção de um conhecimento relevante para as realidades dos grupos marginalizados.

Um passo primeiro, vislumbrado a partir das discussões, parece dar seguimento não só à invasão desse centro hegemônico, mas a constituição de novos centros de produção de conhecimento, os quais em sua origem não tenham sido propósitos a descartar a pluralidade e peculiaridades inerentes à complexidade da existência dos seres humanos em comunidade e consigo. Tais centros novos, direcionados à valorização de epistemologias não mais subalternas, consistiriam na valorização de uma vertente científica capaz de compreender a subjetividade das experiências humanas como fonte complexa de estudos, sobre os quais devemos nos debruçar, em oposição ao escanteio intelectual ao qual foram historicamente delegadas (hooks, 2018).

3 CONCLUSÃO

Em suma, a análise revela que a colonialidade do saber não é um fenômeno isolado, mas uma teia complexa de poder, narrativa, exclusão e violência epistêmica. Contudo, a valorização de epistemologias insurgentes a partir da capacitação de pesquisadoras(es), por meio de lentes interseccionais ávidas por estudar a complexidade dos fenômenos, oferecem caminhos para dismantlar essa estrutura branca, patriarcal e machista, que se impõe.

A importância de uma abordagem interseccional para a produção do conhecimento científico e acadêmico é inegável. A análise demonstrou que raça, gênero e classe não são categorias isoladas, mas se entrelaçam para moldar as experiências de opressão, especialmente para mulheres negras (Crenshaw, 1991). Assim, inclusão de diversas vozes e perspectivas, como defendido por hooks (2020) ao propor uma pedagogia feminista acessível, é crucial para dismantlar as hierarquias epistêmicas e construir um conhecimento mais justo e representativo.

Reivindicando a pluralidade de saberes, a centralidade da experiência vivida e a potência da margem como espaço de resistência e criação de novas configurações de conhecimento. A obra de Kilomba (2019), em particular, serve como um farol para essa descolonização, ao demonstrar que a escrita e o testemunho de

vivências divergentes em desafio à espaços de exclusão podem ser ferramentas poderosas para a produção de um conhecimento que seja ao mesmo tempo pessoal e profundamente científico.

Memórias da Plantação emerge como um exemplo potente de como a literatura e a autobiografia podem ser instrumentos de crítica social e de produção de conhecimento. Ao dar visibilidade às experiências de racismo cotidiano e ao ressignificar a margem como um "espaço de abertura radical" (Kilomba, 2019, p.45), demonstra o potencial de epistemologias insurgentes para questionar a normatividade científica e reivindicar outras formas de narrar, pensar e validar experiências como saberes válidos e científicos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luísa Libânio. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução de Patriota Rainer. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

Recebido: 09/02/2026

Aceito: 02/07/2026

Publicado: 21/08/2026

COMO CITAR:

ALMEIDA, Juan Carlos Vasconcelos; OLIVEIRA, Pâmella Rochelle Rochanne Dias de. Epistemologias insurgentes: decolonialidade e interseccionalidade em memórias da plantação. **Colineares**, Mossoró, Brasil, v. 11, n. 1, p. 166–174, 2026. DOI: 10.59776/2357-8203.2026.7776. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCOL/article/view/7776>.